

## Esquema de envio ilegal de recursos é revelado

■ Chefe do Departamento de Câmbio do Banco Central mostra na CPI do Banestado como se desviava dinheiro a partir de Foz do Iguaçu. Parlamentares reclamam da falta de ações para evitar a evasão de divisas por intermédio das contas CC-5

Páginas 4 e 5



Waldemar Rodrigues

**RESULTADOS** Depois de ouvir depoimentos de funcionários do Banco Central, senadores da CPI manifestam expectativa de corrigir falhas na legislação

### Porte de arma deve ter decisão ainda neste mês

Cinco senadores e cinco deputados terão 15 dias para consolidar as propostas em tramitação. Projeto final pode ser votado ainda neste mês, diz senador José Sarney.

Página 3

### Demostenes quer Forças Armadas contra o crime

Senador Demostenes Torres defende a mudança constitucional do papel das Forças Armadas. Quer permitir que atuem no combate ao crime organizado, como sugeriu a Subcomissão de Segurança Pública.

Página 3



Célio Azevedo

**INICIATIVA** Comissão não aceita que Senado seja "mero carimbador" de acordos internacionais

### Senadores debatem ingresso na Alca

A Comissão de Relações Exteriores vai promover reunião mensal, neste semestre, para examinar as propostas relativas à futura Área de Livre Comércio das Américas (Alca). O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, será a primeira autoridade convidada.

Página 7



## César Borges questiona publicação



César Borges cobra explicação sobre cartilha

O senador César Borges (PFL-BA) apresentou requerimento solicitando ao Ministério da Previdência Social informações sobre a cartilha *Mudar a Previdência: Uma Questão de Justiça*, editada

pelo ministério.

Para o senador, além de usar recurso público para a defesa das propostas oficiais, a publicação – com tiragem de 100 mil exemplares – emprega as cores do Partido dos Trabalhadores.

– É inegável o uso de propaganda político-ideológica em favor de um grupo político – observa César Borges.

## Costa amplia homenagem a Santos Dumont

Hélio Costa (PMDB-MG) manifestou-se favoravelmente à inscrição do nome de Alberto Santos Dumont no Livro dos Heróis da Pátria. O senador, que foi o relator da matéria na Comissão de Educação (CE), prestou homenagem ao aviador brasileiro, responsável pelo primeiro vôo mecânico do mundo, em outubro de 1906.

Costa sugeriu que a Força Aérea Brasileira busque melhor representação da importância de Santos Dumont no museu de aeronáutica em Washington.

– É preciso mandar para lá, no mínimo, uma réplica do 14-Bis – defende o senador.

# Agenda

## Sessão do Senado Federal tem início às 9h

A sessão de hoje, às 9h, e a de segunda-feira, às 14h30, são dedicadas a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares, não havendo votação de matérias.

## Paim recebe representantes da sociedade civil

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (foto), recebe, às 10h, representantes da União de Vereadores do Brasil. Às 10h30 ele se reúne com comissão da Central dos Servidores Públicos do Brasil e às 11h com

Paulo Brandão, da Associação dos Cegos. Paim recebe ainda, às 14h30, presidentes das associações dos policiais militares e, às 15h, Carlos Moura, representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.



## Renan e Costa debatem o uso de armas de fogo na TV Senado



Os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Hélio Costa (PMDB-MG) debatem o uso de armas de fogo, no programa *Cidadania*, exibido pela TV Senado hoje, às 13h. As dificuldades que as

personas portadoras de deficiência enfrentam no país serão analisadas pelo senador Flávio Arns (PT-PR) e Isabel Loureiro Maior, da Coordenadoria Nacional para Integração dos Portadores de Deficiência, em debate apresentado às 19h30.

## Frete parlamentar do meio ambiente escolhe diretoria

Na próxima quarta-feira, às 9h, deverá ser escolhida a diretoria da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável Agenda 21 Local. Composta por



cerca de 50 deputados e 30 senadores, a frente examinará 11 projetos em tramitação no Congresso e ajudará os municípios a traçar planos de trabalho de preservação ambiental.

## Empréstimos do Bird ao Brasil em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS) – foto –, tem reunião na terça-feira, às 10h, para analisar, entre outros itens, projeto que autoriza empréstimo pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) ao Brasil. No mesmo dia, às 14h30, a Comissão de Orçamento também tem reunião agendada.



## Subcomissão analisa relatórios

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública, presidida por Tasso Jereissati (PSDB-CE), se reúne na terça-feira para discutir relatórios do senador Demostenes Torres (PFL-GO) aos projetos que tratam da identificação dos servidores da área de segurança e sobre a emissão de atestado de pena a cumprir.

## Radiodifusão comunitária

Para discutir projetos de autorização, outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão comunitária, a Comissão de Educação (CE) se reúne na próxima terça-feira, às 10h30. A comissão, formada por 27 senadores, é presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR).

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## Garibaldi cobra apoio financeiro à Embrapa

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) classificou como “uma vergonha” a situação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), que completa 30 anos em 2003 e está em situa-



Garibaldi elogia empresa, que completa 30 anos

ção financeira ruim por conta do orçamento insuficiente e do contingenciamento a que são submetidas anualmente suas verbas. “Nossa capacidade de indignação deveria ser acionada. Parece que nós, brasileiros, estamos anestesiados”, disse Garibaldi.

O senador relatou que há casos de funcionários, em algumas unidades da Embrapa, fazendo “vaquinhas” para que a luz, a água e os telefones da empresa não sejam cortados.

– O Congresso não pode permitir o sucateamento dessa instituição fundamental para o Brasil. Na verdade, não é um problema do governo Lula. Vem há vários anos, é um problema do Brasil – acrescentou.

### Produtividade

A Embrapa foi fundada em 26 de abril de 1973 para aprimorar a pesquisa agropecuária e melhorar a produtividade e a qualidade da agricultura brasileira. “E temos hoje uma das melhores pesquisas agropecuárias do planeta, graças à Embrapa. É um centro de excelência internacionalmente reconhecido”, disse o senador.

– Produzimos 3 mil quilos de soja por hectare, enquanto nos Estados Unidos a produção é de apenas 2 mil quilos. Superamos amplamente a produção norte-americana – destacou.

Garibaldi elogiou o esforço do corpo técnico da empresa e ressaltou as contribuições para a produção agropecuária do semi-árido nordestino.

– Com técnicas de manejo e irrigação, o semi-árido transformou-se em pólo produtor e exportador de algumas das melhores frutas tropicais do mundo, além de ter rebanho bovino de excelente qualidade.

Em aparte, Tião Viana (PT-AC) também elogiou a Embrapa, reconheceu as dificuldades e defendeu parcerias com empresas privadas.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes.  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Júnia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Néelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



## Demostenes quer Forças Armadas contra o crime

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) defendeu a mudança constitucional do papel das Forças Armadas, para que atuem no combate ao crime organizado, conforme sugestão da Subcomissão Permanente de Segurança Pública.

– Elas podem fornecer extraordinário apoio logístico às ações de segurança, atuar diretamente em operações que demandam esforço militar para enfrentar um inimigo bem armado e subsidiar o trabalho de inteligência policial – afirmou.

Além de conferir às Forças Armadas o poder de polícia, o senador quer também, por lei ordinária, criar mecanismo para salvaguardar os militares da competência da Justiça comum. Os atos praticados pelos militares seriam julgados em jurisdição militar.

– Segundo a ONU, o Brasil é hoje, na América do Sul, o segundo maior consumidor de

maconha e o nono de cocaína e se tornou o principal corredor de exportação da droga produzida nos países andinos – observou. Ele atribuiu essa condição à fronteira desguarnecida com os países andinos.

Atualmente, lembrou Demostenes, as Forças Armadas contam com a simpatia e aprovação de 80% do povo brasileiro. Por isso, não podem mais receber o tratamento de segunda classe que recebem desde 1995, com cortes orçamentários.

– Hoje o Ministério da Defesa conta na Lei Orçamentária com R\$ 4,6 bilhões, mas somente para manter o nível atual de aparelhamento e operação precisaria de pelo menos o dobro desse montante – disse.

Em apartes, Tião Viana (PT-AC) e Serys Shlessarenko (PT-MT) ressaltaram que as Forças Armadas têm papel fundamental no país.



**Demostenes criticou cortes orçamentários nos anos recentes**

Fotos: Rosevelt Pinheiro

## Para Virgílio, ação do MST ameaça as exportações

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a balança comercial brasileira está sendo posta em xeque “pelas desordens provocadas pelo MST” e pela maneira “leniente e permissiva” como o governo federal está tratando o problema. É que, segundo o senador, as atividades do agronegócio, responsáveis por 40% das exportações do país, são prejudicadas.

Foi por essa razão, disse Arthur Virgílio, que ele recolheu assinaturas para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a apurar a ação do MST e a crise fundiária. O requerimento foi lido ontem pela Mesa e a CPI deverá ser instalada em agosto. Ontem, Virgílio criticou o comportamento do presidente Lula durante audiência com a direção do MST.

– Aquilo do presidente colocar o bonezinho do MST na ca-

beça, longe de demonstrar espírito democrático mostrou fraqueza, falta de senso e de colocação do presidente da República. Nem adianta disfarçar porque eles saíram do encontro anunciando que vão continuar com as invasões – afirmou o líder do PSDB.

O senador se queixou do estilo performático a que, segundo ele, o presidente Lula tem recorrido e disse estar acompanhando com preocupação “a escalada de factóides produzidos pelas encenações presidenciais, certamente orientadas por marqueteiros”.

– Quero pedir que ele dessa vez encene o presidente sóbrio, o presidente que senta para despachar, que senta para ouvir seus ministros, o presidente capaz de ouvir mais do que falar e capaz de criar em cima do que é realmente para o bem do Brasil e não do ponto de vista da publicação nas páginas do dia seguinte – propôs.



**Virgílio condenou comportamento de Lula com o MST**

### Os cinco representantes do Senado



Edison Lobão



Tasso Jereissati



Mercadante



Romeu Tuma



Romero Jucá

## Comissão mista examinará questão do porte de armas

Senadores e deputados têm 15 dias para consolidar em texto único todos os projetos sobre o tema



**CONFIANÇA Sarney acredita que já poderá votar projetos entre os dias 22 e 24 deste mês**

Os presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha, designaram ontem cinco representantes de cada Casa para compor uma comissão mista destinada a consolidar os projetos que tratam do porte de armas em tramitação no Congresso.

Integrarão a comissão os senadores Edison Lobão, Tasso Jereissati e Romeu Tuma, pelo Bloco PSDB/PFL; Aloizio Mercadante (PT/PL/PTB/PSB); e Romero Jucá (PMDB). Pela Câmara, participarão os deputados Luiz Eduardo Greenhalg (PT), Michel Temer (PMDB), Roberto Jefferson (PTB), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) e José Carlos Aleluia (PFL).

De acordo com o ato conjun-

to assinado, esses parlamentares terão o prazo de 15 dias para consolidar os projetos sobre porte de armas. A ideia de Sarney é transformar esses textos num substitutivo comum às duas Casas, para ser votado ainda durante a convocação extraordinária de julho.

A comissão tentará encontrar um texto intermediário aos projetos que tramitam nas

duas Casas, entre os quais há propostas que proíbem a venda de armas e outras que mantêm o comércio liberado. “Temos condições de apresentar um substitutivo que seja consenso e resolva esse problema de uma vez por todas”, afirmou o presidente do Senado.

Sarney revelou que, dos dias 22 a 24 deste mês, o Senado fará um esforço concentrado para votar projetos referentes à segurança pública. Até lá, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Subcomissão de Segurança Pública se empenharão para votar projetos que possam seguir imediatamente para deliberação no Plenário.

Sobre a possibilidade de o comércio de armas no país ser liberado, ele disse achar “que nós devemos adotar uma providência drástica nessa área. Evidentemente que os especialistas têm posições intermediárias. Eu acredito que esse será um terreno em que se obterá unidade”, avaliou o senador.

## Juvêncio é contra a proibição

Ao defender postura contrária à proibição da fabricação, da compra e do porte de armas, o senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) comentou ontem que um dos principais equívocos das proposições está na sua própria justificativa: a de que o aumento da venda de armas no Brasil é diretamente proporcional ao crescimento da criminalidade.

Segundo o senador, enquanto a venda legal de armas no país vem declinando nos últimos anos, a violência só tem aumentado. Ele citou como exemplo o estado de São Paulo, que registrou, em 1994, a emissão de 69 mil portes de armas. Esse número caiu, em 2002, para 3.900. O número de registro de armas também de-



**ARGUMENTO Segundo Juvêncio, menos concessão de portes não reduziu número de homicídios**

cresceu, de acordo com Juvêncio, de 42 mil para 10 mil, no mesmo período.

Em vez de proibir o porte, a venda e a fabricação de armas, Juvêncio defendeu a permanência da possibilidade das pessoas continuarem registrando suas armas, mas sugere-

riu maior rigor na concessão do porte. O registro das armas, na opinião do senador, deverá ser centralizado exclusivamente pela Polícia Federal. Ele também vai propor a diminuição do número de armas de que um cidadão pode dispor: de seis, como é hoje, para três. Juvêncio sugeriu ainda que sejam colocados lacres para que as armas de colecionadores sejam impedidas de detonar.

O problema do grande número de homicídios praticados com armas de fogo no Brasil, na avaliação de Juvêncio, deve-se ao contrabando, principalmente através das fronteiras da região Centro-Oeste. Ele defendeu a reestruturação da Polícia Federal para que ela possa fiscalizar melhor as fronteiras.



## CPI DO BANESTADO

Técnicos do Banco Central explicam como funcionava o uso irregular de contas CC-5. Parlamentares criticam demora na ação para punir a fraude

## BC revela esquema de evasão de divisas

O chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio do Banco Central, José Maria Ferreira de Carvalho, revelou ontem, em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, detalhes de esquema destinado a promover a evasão de divisas do país. Conforme o relato, as pessoas interessadas em fazer remessas ilegais se utilizaram de dispositivo de circular do Banco Central publicada em 1996, que permitia a saída de reais de Foz do Iguaçu (PR) para Ciudad del Este, no Paraguai.

Agências na cidade paranaense de quatro bancos autorizados pelo BC – Banestado, Araucária, Bemge e Real – recebiam depósitos em reais, que poderiam ser sacados para utilização em compras no comércio do outro lado da Ponte da Amizade. As normas permitiam o retorno de recursos pelos comerciantes paraguaios para depósito em Foz do Iguaçu.

Nesse ponto específico, de acordo com o depoimento, se deu a fraude: correntistas brasileiros, que haviam sacado valores muito altos em Foz do Iguaçu, traziam os recursos de volta ao Brasil, simulando que o dinheiro havia sido utilizado no comércio no Paraguai. A operação era completada com a troca dos reais por dólares e o envio para paraísos fiscais.

**Movimentação**

De acordo com Carvalho, a movimentação de recursos elevados, incompatíveis com dados cadastrais dos correntistas, chamou a atenção do Banco Central.

– Os correntistas solicitavam saques diários em espécie à sua agência, que os autorizava junto à Tesouraria do Banco do Brasil. O saque era realizado por preposto do correntista, mediante cheque emitido pelo titular. O numerário, acondicionado em maços cintados pelo Banco do Brasil, era entregue à transportadora de valores na presença do próprio correntista – explicou.

O funcionário do BC disse que os reais recebidos pelos comerciantes no Paraguai eram enviados por meio de transportadoras de valores, e deveriam ser declarados à Receita Federal. Investigação do BC detectou que muitas vezes as cédu-



**PREJUÍZO** Funcionários do Banco Central disseram à CPI que movimentação de US\$ 21 bilhões não se refere só a operações ilegais

las transportadas se encontravam em maços com a mesma cinta do Banco do Brasil.

– Ficou evidenciado que se tratava dos mesmos recursos sacados antes e que agora retornavam amparados em uma declaração oferecida pela Receita Federal, como se do Paraguai procedessem – explicou.

Carvalho afirmou que o Banco Central concluiu que recursos de diversas partes do país para depósitos em contas de residentes em Foz do Iguaçu, sacados em espécie, também estavam sendo convertidos em dólar, de forma ilegal, e remetidos ao exterior.

**Processos**

Ainda de acordo com o funcionário, a prática foi comunicada ao Ministério Público Federal. Além disso, foram instaurados processos administrativos contra cada uma das instituições. Uma delas – cujo nome não foi citado – já recebeu punição administrativa, mas recorreu ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Os demais processos permanecem em tramitação.

Uma das questões importantes no episódio, conforme opinião de parlamentares, é descobrir por que o Banco Central somente reviu as normas que permitiam a fraude em 1999, quando houve a desvalorização cambial que pôs fim à paridade do real com o dólar.

## Parlamentares reclamam da falta de punição

Os parlamentares que participaram da audiência promovida pela CPI do Banestado com autoridades do Banco Central para investigar a evasão de divisas reclamaram que, mesmo diante de fortes indícios de irregularidades, os órgãos públicos responsáveis, principalmente o BC, demoraram a agir, lamentando que até hoje não haja qualquer condenação de bancos ou pessoas e empresas que se valeram da brecha na legislação para promover lavagem de dinheiro.

Os depoentes explicaram as limitações à atuação do Banco Central nesses casos. De acordo com o chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio do BC, José Maria Ferreira de Carvalho, a demora entre o início das investigações, em 1996, e a comunicação ao Ministério Público, em 1997, foi devida ao cuidado nas apurações realizadas. Ele reconheceu que, apesar das evidências de crimes, o BC não tem a possibilidade de identificar os autores dos delitos.

Já o chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros, Ricardo

Liao, lembrou que o cruzamento de informações derivadas da quebra de sigilo bancário leva em média cinco anos. Segundo ele, o Judiciário não delimita o número de pessoas envolvidas num inquérito, o que dificulta o trabalho dos técnicos do BC.

Senadores e deputados também reclamaram da falta de informações precisas sobre o volume de recursos movimentados irregularmente. O diretor de Fiscalização do BC, Paulo Sérgio Cavalheiro, afirmou que o BC não consegue determinar esse volume e tem apenas amostras dos períodos investigados, julho e setembro de 1996.

Entre os dados apresentados na CPI, os parlamentares receberam a informação de que, entre 1996 e 2000, foram movimentados US\$ 21 bilhões em contas CC-5 a partir de Foz do Iguaçu, cifra que inclui as movimentações regulares.

– O BC desconhece qualquer cálculo que leve a uma projeção de que US\$ 30 bilhões teriam se evadido do país pelas contas CC-5. Essa informação é atribuída à Polícia Federal –

declarou Cavalheiro, ponderando que as irregularidades não significam que todas as transferências para o exterior efetuadas por esse mecanismo foram fraudulentas.

Cavalheiro também disse que até o momento nenhum banco foi condenado no caso das contas CC-5 pelas instâncias administrativas do BC. Apenas um, cujo nome ele preferiu não informar, foi punido em primeira instância, mas recorreu ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

A dificuldade de promover o cruzamento de

informações sobre a renda dos correntistas, de responsabilidade da Receita Federal, foi outro ponto ressaltado por Carvalho. Segundo ele, assim como foi noticiado a respeito das contas CC-5, há denúncias de uso indevido de cartões de crédito internacionais. “Não significa que todas as operações com cartões de crédito internacionais e com contas CC-5 sejam irregulares”, sustentou.

**Técnicos afirmam que projeção de prejuízo de US\$ 30 bilhões não partiu do Banco Central**



# CPI DO BANESTADO

Integrantes da comissão defenderam o aperfeiçoamento da legislação que regula o envio de divisas. É preciso “tapar os furos das leis”, disse Antero, presidente da CPI

## Terrorista pode ter utilizado as contas CC-5

Durante a audiência da CPI do Banestado, o chefe do Departamento de Combate a Ilícitos Cambiais e Financeiros do Banco Central (BC), Ricardo Liao, disse que solicitou às instituições do sistema financeiro nacional que identificassem pessoas listadas pelo governo dos Estados Unidos como suspeitas de terrorismo internacional entre as usuárias de contas CC-5 a partir de Foz do Iguaçu. Com esse trabalho, conforme Liao, foi encontrado, por aproximação, o nome de um árabe que usaria as contas supostamente para operação de exportação de frangos.

As listas apresentadas pelas autoridades norte-americanas no Brasil foram elaboradas pela CIA, agência de inteligência norte-americana, e FBI, a polícia federal daquele país, com



Waldemar Rodrigues

**DIAGNÓSTICO** Tuma afirma que CPI dos Precatórios identificou irregularidades nas contas

ajuda do Banco Central dos EUA (Federal Reserve). Porém, informou Liao, a identificação não pôde ser feita com maior precisão por falta de indicadores numéricos, como, por exemplo, o número da carteira de identidade.

O senador Romeu Tuma

(PFL-SP) registrou que a CPI dos Precatórios já havia identificado irregularidades na utilização de contas CC-5, que movimentavam valores incompatíveis com os recursos do mercado de sacoleiros em Ciudad del Este, no Paraguai.

O presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), informou que solicitou a distribuição dos relatórios de CPIs anteriores, como as do Sistema Financeiro, Judiciário e Futebol. Antero acredita que a CPI do Banestado fechará “uma série de colchetes deixados abertos pelas comissões anteriores”.

O deputado Gilberto Nascimento (PSB-SP) anunciou que vai pedir a convocação do juiz de Cascavel (PR) que examinou o inquérito sobre o assunto movido por procuradores.



Waldemar Rodrigues

**COBRANÇA** Membros da CPI questionaram representantes do Banco Central sobre falhas na fiscalização das contas CC-5

## Senadores querem corrigir legislação para inibir fraudes

Ao final da audiência com representantes do Banco Central (BC), o presidente da CPI do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ressaltou a importância de “tapar os furos das leis” para evitar novos casos de irregularidades nas remessas de divisas ao exterior. Ele disse que cada órgão envolvido diretamente na questão, como o Banco Central (BC), Receita Federal e Tribunal de Contas da União (TCU), deve oferecer sua experiência para o aperfeiçoamento da legislação atual.

– Já sabemos que essas operações fraudulentas, que trouxeram prejuízos para o país, receberam carimbo para conseguir um caráter de pretensa legalidade.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) também propôs que a CPI formule no final dos trabalhos mudanças no sistema de fiscalização das contas CC-5 e nos procedimentos admitidos nos inquéritos administrativos, como recursos às decisões de primeira instância que acabam protelando punições às irregularidades nas remessas.

Ideli ressaltou o aumento das contas CC-5 depois que o BC autorizou a excepcionalidade nas operações de quatro bancos em Foz do Iguaçu, abrindo brecha na Circular nº 2.677 da instituição, editada em 1996, que disciplinou com maior rigor o cadastramento dos não residentes e suas movimentações bancárias. “Parece que essa alteração foi bem conveniente para quem quis remeter dólares irregularmente”, afirmou, acrescentando que as operações via CC-5 saltaram de US\$ 13 bilhões em 1995

para US\$ 24 bilhões em 1998. “Esse valor só caiu em 1999, quando houve a revogação da excepcionalidade.”

Em resposta ao senador Heráclito Fortes (PFL-PI), o chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio do BC, José Maria Carvalho, disse que já foram fechadas mais de mil casas de câmbio desde 1989, após serem constatadas irregularidades praticadas no mercado de câmbio flutuante.

O senador disse que apresentará requerimento com pedido de informações sobre a peritagem realizada pela Polícia Federal na agência do Banestado em Nova York, com o intuito de preservar a imagem dos peritos que cuidaram das investigações.

Sobre o Banco Araucária, um dos quatro autorizados a movimentar contas CC-5 com limites mais flexíveis, nas operações em Foz do Iguaçu, o diretor de Fiscalização do BC, Paulo Sérgio Cavalheiro, respondeu à senadora Ideli Salvatti que a instituição teve a falência decretada em 30 de dezembro de 2002.



Roosevelt Pinheiro

**Ideli quer evitar que as punições sejam proteladas**



Roosevelt Pinheiro

**Heráclito pedirá dados sobre as investigações da PF**

## Evasão de divisas ainda é grave, afirma Lobão

Os integrantes da CPI do Banestado destacaram a necessidade de o país contar com mecanismos que impeçam o uso irregular dos instrumentos que permitem o fluxo de capitais entre o Brasil e o exterior.

Para o senador Edison Lobão (PFL-MA), mesmo revogada a norma sobre contas CC-5, a evasão de divisas no país ainda existe e é grave. Na sua opinião, o dinheiro ilegal continua procurando maneiras para se legalizar ou se evadir.

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) apontou auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que condenou a

autorização dada pelo Banco Central (BC) a cinco instituições financeiras de Foz do Iguaçu a não informarem as operações de remessa de recursos abaixo de R\$ 100 mil. Devido à decisão, disse Miranda, o chefe do Departamento de Capitais Estrangeiros e Câmbio, José Maria Ferreira de Carvalho, e o então presidente do BC, Gustavo Franco, foram condenados a pagar multas por dano injustificado ao erário.

Carvalho ressaltou que não se sente condenado pelo TCU, que já teria recomendado a revogação da decisão.

Ele também afirmou que o



Waldemar Rodrigues

**DESAFIO** Edison Lobão observa que o dinheiro ilegal busca formas de se legalizar

BC não tem como identificar a renda das 137 pessoas físicas ou jurídicas que concentraram a maior parte da movimentação de contas CC-5.

## Simon: Banco Central “sempre chega atrasado”

Na reunião da CPI do Banestado, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou a atuação da área de fiscalização do Banco Central (BC) por sempre “chegar atrasada” na apuração de escândalos financeiros. Para Simon, o BC é uma instituição difícil de ser compreendida.

Simon lembrou da ex-diretora de Fiscalização do Banco Central Tereza Grossi



Roosevelt Pinheiro

**Para Simon, o BC é uma instituição difícil de ser compreendida**

que, apesar de ter seu indiciamento por formação de quadrilha sugerido pela CPI dos Bancos, devido à sua participação no caso de venda de dólares para os bancos Marka e FonteCindam, em janeiro de 1999, teve o nome aprovado para dirigir aquela área do BC.

– Essa diretora ainda vai para a cadeia. Aquele foi um dos

momentos mais tristes que já vivi no Senado – lamentou Simon.

O atual diretor de Fiscalização do BC, Paulo Sérgio Cavalheiro, esclareceu que, desde o caso do Banco Nacional, que apresentava balanços fictícios e acabou em estado de insolvência, o setor realizou forte “autocrítica” e passou por uma séria reformulação.

Simon também defendeu que o Conselho Monetário Nacional (CMN) volte a ter uma composição ampliada, com a participação de mais ministros.





**PUNIÇÃO** Projeto de Paulo Octávio eleva a até dez anos pena para fraudes em cartórios

## Paulo Octávio quer pena maior para grilagem

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) apresentou na quarta-feira projeto que altera a lei sobre parcelamento urbano para aumentar a pena máxima do crime de grilagem de terras de quatro para oito anos de prisão. No caso de a infração envolver agravantes, a reclusão máxima passaria a ser de dez anos, o dobro da aplicada hoje.

A mudança inclui também punição mais severa para as autoridades cartoriais envolvidas em processo de venda irregular de solo. Hoje, o titular de cartório responsável por registro de lotes irregulares é punido com reclusão de um a dois anos. Se o projeto for aprovado, passaria a ficar sujeito a prisão de quatro a dez anos.

– Pela redação vigente, pune-se com muito mais vigor o que loteou terrenos irregularmente do que a autoridade cartorial que fez registro falso. A conduta desse servidor de cartório é mais reprovável do que a do cidadão comum que loteia indevidamente terreno próprio – argumentou o senador.

De acordo com o senador Paulo Octávio, as penas atuais para os que realizam vendas irregulares de lotes urbanos são muito brandas. Como as ocupações irregulares têm aumentado a cada ano, a finalidade preventiva da norma vigente não estaria sendo alcançada.

# Papaléo cobra atenção à reforma do Judiciário

■ Senador espera que 11 anos de tramitação do projeto no Congresso não sejam desperdiçados

O empenho com os projetos de reforma encaminhados pelo Poder Executivo não deve provocar o esquecimento da reforma do Poder Judiciário, alertou ontem o senador Papaléo Paes (PMDB-AP). Ele lembrou que o sistema em vigor é hoje “criticado pelo povo, por advogados, pelos membros do Ministério Público e até mesmo por ministros de tribunais superiores”.

– O melhor instrumento de resgate social e de promoção da cidadania continua sendo um sistema judiciário eficaz, ágil e acessível a toda a comunidade – afirmou.

Papaléo observou que a reforma está em tramitação no Congresso há 11 anos. Para ele, o principal problema da Justiça



**VANTAGEM** Para Papaléo, um Judiciário eficaz é instrumento de resgate social e cidadania

brasileira é sua morosidade. Citando Rui Barbosa, para quem “a justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”, Papaléo afirmou que a frase pode se aplicar aos congressistas, “porque, quanto mais rápido aprovamos a reforma, mais rapidamente se beneficiarão os usuários do sistema judiciário”.

O representante amapaense

destacou, entre as causas da lentidão judiciária, a possibilidade de apresentação de “recursos meramente protelatórios” e a “excessiva litigiosidade do aparelho estatal”. Como exemplo, ele mencionou a ação trabalhista proposta em 1978 por 432 funcionários da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), que, embora já julgada pelo Supremo Tribunal Federal, ainda não propiciou a indenização dos trabalhadores, dos quais mais da metade já morreu.

### Sentença

Em aparte, Paulo Paim (PT-RS) citou o exemplo de um senhor recifense prestes a completar 100 anos que, em correspondência a seu gabinete, pediu interferência para que seja dada, antes de sua morte, a sentença em processo que impetrou há mais de cinco anos.

O senador José Jorge (PFL-PE) é o relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), da reforma do Judiciário.

## José Jorge defende discussão de novo sistema político para o país

O senador José Jorge (PFL-PE) sugeriu ontem que o Congresso tome a iniciativa de debater e votar uma reforma política que fortaleça as instituições partidárias, sob pena de o governo encaminhar uma proposta que enfraqueça e desmoralize os partidos.

Segundo José Jorge, em reunião com líderes partidários no Congresso, quarta-feira, na residência do presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, teria sugerido a criação de um novo partido para receber os parlamentares que desejam aderir ao governo. O senador criticou a



**ALERTA** José Jorge teme que governo encaminhe proposta que enfraqueça os partidos

sugestão do ministro de que esses deputados e senadores levassem para a nova legenda seu

tempo de propaganda de televisão e sua participação na receita do fundo partidário.

– Essa proposta, que foi prontamente rejeitada pelos líderes partidários, é, no mínimo, indecorosa. Seria um retrocesso, e é aparentemente inacreditável que o ministro José Dirceu, que tem um passado partidário e que foi presidente e um dos fundadores do PT, tenha feito essa sugestão – afirmou, criticando a não inclusão da votação da reforma política na convocação extraordinária.

Ele considerou incoerente constar da pauta da convocação a reforma do Judiciário, que ainda depende de estudos.



**SUCESSO** Quando governou o Piauí, Mão Santa criou programa de microcrédito para os pobres

## Banco do Povo é a solução, diz Mão Santa

Ao antecipar que não dará certo o projeto do Executivo de utilizar o Banco do Brasil e incentivar os bancos privados a oferecerem empréstimos para pessoas carentes, a juros de 2% ao mês, o senador Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu ao governo federal que copie a experiência do professor Muhammad Yunus. Ele implantou, em Bangladesh, o Banco Grameen, oferecendo microcrédito como forma de impulsionar o desenvolvimento econômico e social da população carente.

Mão Santa disse que, quando governador do Piauí, repetiu, com sucesso, a experiência iniciada por Yunus. Sob a coordenação do serviço social do estado, foi criado o Banco do Povo, que oferecia empréstimos de pequenas quantias em dinheiro para pessoas iniciarem ou ampliarem um pequeno negócio, até mesmo para a compra de carrinhos de pipoca ou cachorro-quente.

– Quase não houve inadimplência. O pobre é honrado e correto. Quem não tem vergonha é o rico. Os grandes dão calote – explicou Mão Santa.

Em aparte, a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) elogiou a proposta do senador Mão Santa e disse que o PMDB e o PT devem se aliar para oferecer sugestões viáveis, que assegurem o sucesso do governo.



**RISCO** Mozarildo diz que problemas em Roraima ameaçam segurança nacional

## Mozarildo sugere comissão para discutir problemas de Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) anunciou ontem que vai propor a criação de uma comissão temporária para estudar os problemas do estado de Roraima, que segundo ele afetam até mesmo a segurança nacional e a fronteira brasileira com a Guiana e com a Venezuela. O senador dis-

se que há questões fundiárias e indígenas, de segurança e de tráfico de drogas e de seres humanos, além do fato de que as terras não pertencem ao estado, mas à União.

– É uma situação inusitada. Não houve delimitação das terras do estado quando de sua criação, o que legalmente significa que as terras são da União. Por isso, o governo

estadual não pode fazer política fundiária, não pode assentar ou desapropriar, não pode fazer zoneamento ambiental ou urbano, não tem condições de elaborar e executar um plano de ocupação e de desenvolvimento – explicou.

O senador disse que há famílias assentadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

(Incrá) que não receberam qualquer apoio ou infra-estrutura; por isso, foram obrigadas a vender a terra que receberam ou estão sujeitas até mesmo a serem desapropriadas.

Mozarildo informou ainda que já foi enviada documentação ao ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, com a explanação de todos os problemas de Roraima.



## Ideli Salvatti defende maior relação entre Brasil e países africanos

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pediu ontem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) que realize audiência pública destinada a debater as relações entre Brasil e África. O encontro deverá contar com a

participação do representante da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad) e embaixador da República de Camarões, Martin Mbarga Nguete, e um representante do Ministério das Relações Exteriores.

Ideli disse que a viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará a São Tomé e Príncipe, África do Sul, Namíbia e Angola, em agosto, está causando grande expectativa no continente africano. Ela lembrou que, apesar das afinidades

culturais, o Brasil desenvolve poucas relações com países africanos. Segundo ela, embaixadores africanos também fizeram apelo para realização da audiência "e gostariam muito que o Senado promovesse essa abertura para o debate".



Roque de Sá

## Comissão quer antecipar discussões sobre a Alca

Integrantes da CRE temem que Senado venha a ser "mero carimbador" de atos internacionais

Por proposta do senador João Capiberibe (PSB-AP), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) dedicará uma reunião mensal, durante o segundo semestre, ao exame das propostas relativas à futura Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A iniciativa destina-se a impedir que o Senado venha a ser "um mero carimbador" de acordos internacionais, disse ontem o presidente da comissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

A primeira autoridade a ser convidada pela CRE para debater a Alca será o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que já manifestou interesse em comparecer à comissão. Os integrantes do colegiado desejam conhecer as propostas já divulgadas pelos Estados Unidos, bem como os estudos pre-



PROPOSTAS Senadores pretendem ouvir o ministro Celso Amorim

liminares elaborados pelo Brasil e demais países da América Latina.

A CRE pretende ouvir, também, especialistas em comércio exterior, líderes sindicais e empresários, uma vez que a Alca terá efeito relevante na produção e na criação de empregos, como destacou João Capiberibe.

### Embaixadores

A comissão aprovou parecer favorável à indicação da diplomata Celina Assumpção do Val-

le Pereira para exercer o cargo de embaixadora no Liechtenstein, cumulativamente com a representação brasileira na Suíça, onde se encontra. Também aceitou a escolha dos diplomatas Luiz Augusto Saint-Brisson de Araújo Castro, para ocupar, cumulativamente com a embaixada no México, a chancelaria do Brasil no Belize, e Mário da Graça Roiter para o cargo de embaixador no Bahréine, que acumulará com a representação no Kuwait.

## Hélio Costa sugere interlocutores hábeis

Preocupado com o compromisso assumido pelo presidente da República de respeitar o cronograma que estabelece a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) em 2005, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) dirigiu ontem, em Plenário, apelo para que o Congresso Nacional debata mais amplamente a adesão do Brasil a esse bloco. O senador assinalou que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), da qual faz parte, decidiu realizar audiências sobre o futuro mercado comum.

—A Alca não é intrinsecamente boa ou má para o Brasil. Uma coisa, porém, é certa: a Alca será tanto melhor quanto maior



NEGOCIAÇÕES Para Hélio Costa, Congresso deve desempenhar papel fundamental

o número de interlocutores hábeis a identificar os pontos fortes e as fragilidades que caracterizam o mercado nacional. Nesse sentido, estamos convic-

tos de que o Parlamento tem um papel fundamental a cumprir.

Hélio Costa lembrou que barreiras alfandegárias e fitossanitárias têm impedido o Brasil de competir no mercado americano. O senador citou estudo da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) que identifica 38 setores e 176 produtos brasileiros ameaçados pela concorrência que a abertura comercial do Mercosul aos demais países da Alca representaria.

Em aparte, o presidente da CRE, Eduardo Suplicy (PT-SP), disse que é importante o Senado acompanhar de perto as negociações em torno da Alca.



PRESSA Capiberibe lembra que, com o início das chuvas, será impossível fazer obras na região

O senador João Capiberibe (PSB-AP) anunciou que nos próximos dias 7 e 8 a Comissão Franco-Brasileira de Cooperação reúne-se em Paris para discutir, entre outros assuntos, a construção de uma ponte sobre o Rio Oiapoque e a complementação da BR-156, que fará a ligação entre o Amapá e a Guiana Francesa. O parlamentar salientou ontem que a rodovia e a ponte, além de ligarem o Brasil à Guiana, significarão também a ligação do Brasil à França e a todos os países do hemisfério norte.

O senador pediu a liberação, pelo ministro dos Transportes, Anderson Adauto, dos restos a pagar relativos às obras da BR-156 até 15 de julho. Segundo ele, essa é a data-limite para que sejam reiniciadas as obras, já que, durante a estação das chuvas, torna-se impossível a realização de terraplenagem na região.

Capiberibe também solicitou liberação de contrapartida para empréstimos externos destinados aos metrô de Salvador, Recife e Belo Horizonte. De acordo com o parlamentar, o dinheiro dos empréstimos já está depositado na agência do Banco do Brasil em Nova York, faltando apenas o ministro das Cidades, Olívio Dutra, liberar a contrapartida nacional para que os recursos fiquem disponíveis.



Roosevelt Pinheiro

APELO Defesa de imigrante preso no Texas é um dever humanitário, afirma Suplicy

## Pedido aos EUA o retorno de brasileiro

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Eduardo Suplicy (PT-SP), comunicou ao Plenário que está encaminhando à embaixadora dos Estados Unidos, Donna Hrinak, e ao embaixador do Brasil naquele país, Rubens Barbosa, ofício pedindo a volta ao Brasil do cidadão George Geraldo de Assunção Pinto. Ele se encontra preso na cidade de Persall, no Texas, por ter tentado entrar ilegalmente em território americano.

Segundo o ofício, o pedido é feito por "dever humanitário", para abreviar uma aflição penal agravada pela desproporção entre a eventual violação migratória perpetrada e o rigor e crueldade da medida carcerária adotada. O caso, informou Suplicy, foi levado à comissão pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO).

O senador disse, em seu discurso, que os Estados Unidos querem implantar a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) sem tratar, porém, da livre circulação de pessoas.

### Heloísa Helena

Suplicy agradeceu ao líder de seu partido no Senado, Tião Viana (AC), a decisão de reunir a bancada na semana que vem para reconsiderar a decisão de afastamento da senadora Heloísa Helena (AL).



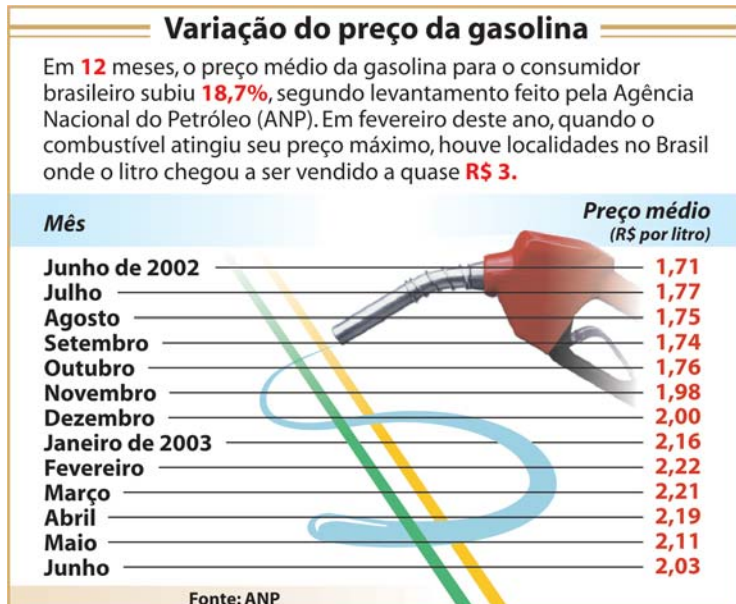
# Jucá cobra redução de preços dos combustíveis

Para senador, greve de petroleiros na Nigéria não deve ser usada como desculpa pelo governo brasileiro

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou em Plenário, ontem, que uma greve de petroleiros na Nigéria não pode justificar a decisão do governo brasileiro de não baixar os preços dos combustíveis e do gás de cozinha, como havia prometido na terça-feira a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff. Jucá vem defendendo a redução nos preços dos combustíveis desde o início de maio, quando os preços do petróleo baixaram com a tomada do Iraque pelos Estados Unidos.

Conforme o senador, 24 horas depois de anunciar uma queda nos preços, o governo voltou atrás e deu "como desculpa" a greve na Nigéria. "Não vejo razão suficiente nisso. O Brasil pode simplesmente substituir o petróleo nigeriano por outro, inclusive da Venezuela, cujo presidente, Hugo Chávez, já foi ajudado pelo presidente Lula durante a greve de seus petroleiros", observou.

– Apóio a luta do presidente Lula para baixar os preços dos serviços administrados, como o de telefones. É realmente um absurdo aumento de 40% num



momento em que o brasileiro enfrenta queda de poder aquisitivo. No caso dos telefones, o governo não pode interferir, pois existem contratos assinados. Mas no caso do petróleo basta trocar de fornecedor – sustentou Jucá, acrescentando que os preços do gás de cozinha podem ser reduzidos em 12%, divididos entre a Petrobras e as distribuidoras.

## Fórum

Jucá agradeceu ainda o convite para participar, na semana passada, do Fórum Econômico Mundial, em São Paulo, promovido pelos mesmos organizadores do recente Fórum de Davos (Suíça).

O senador registrou que foi o



**SAÍDA** Jucá diz que, diante da greve na Nigéria, basta à Petrobras mudar de fornecedor

único parlamentar federal convidado para o encontro, quando foram discutidos os problemas sociais e econômicos do Brasil.

## Magistrados expõem situação difícil da Justiça trabalhista no Rio de Janeiro

Atendendo convite do senador Marcelo Crivella (PL-RJ), foram recebidos ontem, no gabinete do bloco de apoio ao governo, os juízes Nelson Tomaz Braga, presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, e Cláudio Montesso, presidente da Associação dos Magistrados do estado e diretor da Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas.

Segundo a assessoria do senador, os magistrados chamaram a atenção para a "catastrófica situação" que, há anos, a Justiça trabalhista enfrenta no estado. Também participaram



**ENCONTRO** Juízes reuniram-se com senadores a convite de Crivella

do encontro os senadores Tião Viana (PT-AC), Duciomar Costa (PTB-PA), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), João Batista

Motta (PPS-ES), Edison Lobão (PFL-MA), Mão Santa (PMDB-PI), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Serys Slhessarenko (PT-MS).

## Paim saúda inclusão do Estatuto do Idoso na pauta

O senador Paulo Paim (PT-RS) agradeceu da tribuna ao presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, e ao líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), por terem interferido junto ao presidente Lula para colocar o projeto do Estatuto do Idoso entre as propostas que serão discutidas durante a convocação do Congresso, neste mês. A convocação foi feita pelo presidente e a ele coube listar os projetos que deverão ser examinados.

O projeto do estatuto foi apresentado à Câmara por Paim quando era deputado. Se votado agora, será encaminhado a seguir ao exame dos senadores. – Sonho em ver aprovado o Estatuto do Idoso. O presidente Lula mostra que também participa desse sonho, ao colocar o estatuto entre os projetos que considera importantes – afirmou Paim.

O projeto do Estatuto do Idoso já está pronto para ser votado na Câmara. Ele complemen-



**RECONHECIMENTO** Paim agradeceu a João Paulo, Tião Viana e ao presidente Lula

ta a Política Nacional do Idoso, estabelecida em lei em 1994. Paim informou que apresentou a proposta depois de anos de discussão com entidades que representam os idosos. Entre outras coisas, o texto estabelece que toda pessoa sem condições de subsistência terá a ajuda de um salário mínimo por mês do governo, depois que completar 65 anos.

Em aparte, Tião Viana manifestou apoio ao projeto.



**ACOMPANHAMENTO** Parlamentares avaliam projetos em tramitação

## Frente do Meio Ambiente vai eleger diretoria na quarta-feira

Será eleita na quarta-feira, às 9h, a diretoria da Frente Parlamentar Mista para o Desenvolvimento Sustentável Agenda 21 Local. Composta por cerca de 50 deputados e 30 senadores, a frente examinará 11 projetos em tramitação na Câmara e três no Senado.

As matérias no Senado são uma proposta de emenda à Constituição que trata da demarcação de terras indígenas, de autoria do senador Moza-

rildo Cavalcanti (PPS-RR), e dois projetos sobre estadualização de áreas de reservas ambientais em Jericoacoara (CE) e São Joaquim (SC).

Ontem, foi realizada reunião da bancada do PT com o Núcleo do Meio Ambiente da Câmara, e parlamentares e técnicos do Ministério do Meio Ambiente debateram projetos do setor. A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) coordenou as reuniões e registrou a importância da Frente Mista do Meio Ambiente.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Rodolpho Tourinho, Papaléo Paes e Garibaldi Alves Filho